



Formação de professores de Educação Física no Pará nas décadas de 1930 e 1940

Training of Physical Education teachers in Pará in the 1930s and 1940s

Formación de profesores de Educación Física en Pará en las décadas de 1930 y 1940

Carmen Lilia da Cunha Faro
Universidade Estadual do Pará (Brasil)
<https://orcid.org/0009-0001-5306-4396>
<http://lattes.cnpq.br/1370207936315557>
carmenliliapelc@gmail.com

Coriolano Pereira da Rocha Junior
Universidade Federal da Bahia (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-8228-2088>
<http://lattes.cnpq.br/5043564877292093>
corijr@ufba.br

Resumo

Este texto trata da formação de professores de Educação Física no Pará, entre as décadas de 1930 e 1940. Em 1934, o primeiro Curso de Educação Física visava preparar professores e instrutores de Educação Física, e a orientação era privilegiar a formação de professores e intensificar o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino. Já em 1942, foi organizada a criação de uma Escola de Educação Física no Pará, tendo o Curso Normal e função de formar um corpo de professores de Educação Física capaz de orientar, difundir e unificar a sua prática em todo estado. Mediante a efetivação do Curso de 1934 e do Curso Normal de 1942, foram habilitadas setenta professoras para trabalharem no ensino primário, as primeiras cuja formação ocorreu no Pará. Mesmo com funcionamento interrompido, ambos os cursos contribuíram para o desenvolvimento da Educação Física no estado.

Palavras-chave: Educação Física; Formação de professores; Formação.

Abstract

This text deals with the training of Physical Education teachers in Pará between the 1930s and 1940s. In 1934, the first Physical Education Course aimed to prepare Physical Education teachers and instructors, and the goal was to prioritize teacher training and intensify the teaching of Physical Education in educational institutions. In 1942, the creation of a Physical Education School was organized in Pará, with the Normal Course having the function of training a body of Physical Education teachers capable of guiding, disseminating and unifying its practice throughout the state. Through the implementation of the 1934 Course and the Normal Course of 1942, seventy teachers were qualified to work in primary education, the first to be trained in Pará. Even though they were interrupted, both courses contributed to the development of Physical Education in the state.

Keywords: Physical Education; Teacher Training; Training.

Resumen

Este texto trata sobre la formación de profesores de Educación Física en Pará entre las décadas de 1930 y 1940. En 1934, el primer Curso de Educación Física tuvo como objetivo preparar profesores e instructores de Educación Física, y el objetivo era priorizar la formación docente e intensificar la enseñanza de la Educación Física en las instituciones educativas. En 1942, se organizó la creación de una Escuela de Educación Física en Pará, con el Curso Normal teniendo la función de formar un cuerpo de profesores de Educación Física capaz de orientar, difundir y unificar su práctica en todo el estado. A través de la implementación del Curso de 1934 y del Curso Normal de 1942, setenta profesores fueron calificados para actuar en la educación primaria, los primeros en formarse en Pará. A pesar de ser interrumpidos, ambos cursos contribuyeron al desarrollo de la Educación Física en el estado.

Palabras clave: Educación Física; Formación de profesores; Capacitación.

Recebido: 09/09/2024

Aprovado: 12/12/2024

Introdução

A história da formação de professores no Brasil, como objeto de investigação, tem sido recorrente na área da Educação. No entanto, o quantitativo de estudos publicados sugere a necessidade de desenvolvimento de novas investigações para abordar temáticas ainda pouco exploradas, a exemplo da historicidade da formação docente em Educação Física no Pará. Conforme Andrade e Guimarães (2024), além de serem poucas, estas têm se reduzido a contarem sobre o passado de formação docente em Educação Física no estado a partir da Escola Superior de Educação Física do Pará (ESEFPA), primeira instituição a abrigar curso superior em Educação Física no Pará, e deixando de lado outros períodos e contextos históricos de formação. É na consideração desse cenário que a presente pesquisa surge e questiona: qual a realidade da formação de professores de Educação Física no Pará entre as décadas de 1930 e 1940? A partir desta problemática, este trabalho teve por objetivo identificar a realidade da formação de professores paraenses de Educação Física durante as décadas de 1930 e 1940.

As fontes para construir o texto foram diversas, tais como: decretos, leis e artigos de jornais que circulavam no período. Para o levantamento dessas fontes, consultamos diferentes acervos locais e nacionais. A partir disso, realizamos o cruzamento dos dados, o que nos possibilitou compreender mais amplamente o contexto histórico da formação de professores de Educação Física no Pará entre as décadas de 1930 e 1940.

Três lugares foram visitados presencialmente e consultados virtualmente: A Imprensa Oficial do Estado do Pará, no qual se consultou decretos; A Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, aonde foram mapeados recortes do jornal Folha do Norte e do Diário Oficial do Estado do Pará; e as publicações da Revista de Educação Física do Exército Brasileiro na qual encontramos um telegrama que tratava sobre a criação do Departamento de Educação Física do Pará.

A análise e interpretações dos documentos reunidos, também, possibilitaram elencar duas importantes categorias: a) Curso de Educação Física de 1934; b) Escola de Educação Física de 1942, as quais serão apresentadas a seguir.

Sobre os caminhos trilhados: métodos, instituições, professores e disciplinas

Durante as décadas de 1930 e 1940 houve intensa discussão a respeito da criação de cursos de Educação Física em Belém do Pará. Esses cursos, que teriam o intuito de capacitar professores para trabalhar no ensino primário, entraram em funcionamento durante um ano letivo, mas acabaram interrompidos.

Na década que antecedeu os anos de 1930, foi possível identificar a incorporação e fortalecimento da Educação Física no espaço escolar através da Ginástica Sueca criada por Pier Henrik Ling, como disciplina na instrução pública primária, na educação de meninos e meninas e na instrução militar e no escotismo. Racional e científica, a Ginástica Sueca apoiava-se nos conhecimentos que seu criador possuía sobre Anatomia. A adoção de movimentos com uma estrutura analítica e o seu inconfundível aspecto de ordem e disciplina a tornavam intensamente autoritária. Esse modelo ginástico popularizou-se bastante, haja vista que muitos afirmavam – quando praticavam ginástica – estarem fazendo uma “sueca” (Oliveira, 2010).

O Método Sueco de Ginástica proposto no século XIX, vigorou no Pará até o início da década de 1930, quando foi interrompido pelo interventor Magalhães Barata que, em conformidade com o governo federal, considerou que o método não correspondia aos conceitos de uma Educação Física científica e, por esse motivo, deveria ser substituído pelo Método Francês (Silva, 2015). Essa troca conformaria não só uma mudança de método, mas sim uma nova concepção doutrinária. Bruschi (2019) ainda nos lembra que o momento da inserção do Método Francês no país coincide com a Reforma da Educação promovida pelo ministro da

Educação e Saúde Francisco Campos em 1931, que tornou a Educação Física obrigatória nas instituições de ensino secundário, o que se estabeleceu, por definitivo, nos art. 131 e 132 da Constituição de 1937. Conforme a autora, a principal característica que esse método oferecia era a ideia de possuir um material, o *Règlement Général d'Éducation Physique* (RGEP), que auxiliasse na organização das aulas dos professores de Educação Física civis e dos militares, a partir da indicação de finalidades, modelos de aula, conteúdos e formas de realizar a avaliação.

Com essas preocupações e objetivos, o Pará e o Governo Federal, sob a direção da Missão Militar Francesa estabeleceram o Método Francês, com uma concepção pautada pela anatomia e pela fisiologia, e colocaram-no em ampla execução (Soares, 1994).

Assim, a temática sobre a necessidade de formação específica de professores de Educação Física se manifestou em diversas ocasiões e por diferentes governos. Na década de 1930, a educação escolar paraense apareceu como tema importante nos discursos dos seus dirigentes locais. Nesses discursos, proclamavam uma educação eficiente e asseguravam que assim seria se estivesse vinculada ao desenvolvimento de aspectos intelectuais, morais e físicos. Ao longo desse período, o ensino primário também emergiu nos debates, a fim de propor melhorias nas aulas dos grupos e escolas (Pará, 1933).

A partir disso, intensificaram-se os discursos em torno de como trabalhar com os métodos e processos pedagógicos e colocá-los em prática pelos professores nas escolas. Para a realização dessas melhorias foi estabelecida uma formação ao professorado que pudesse instruí-los a desempenhar melhor suas funções e ajudá-los na aplicação regular de métodos e questões pedagógicas das aulas. Desse modo, foi “[...] creado o curso propedêutico de aperfeiçoamento” (Pará, 1933, p. 10).

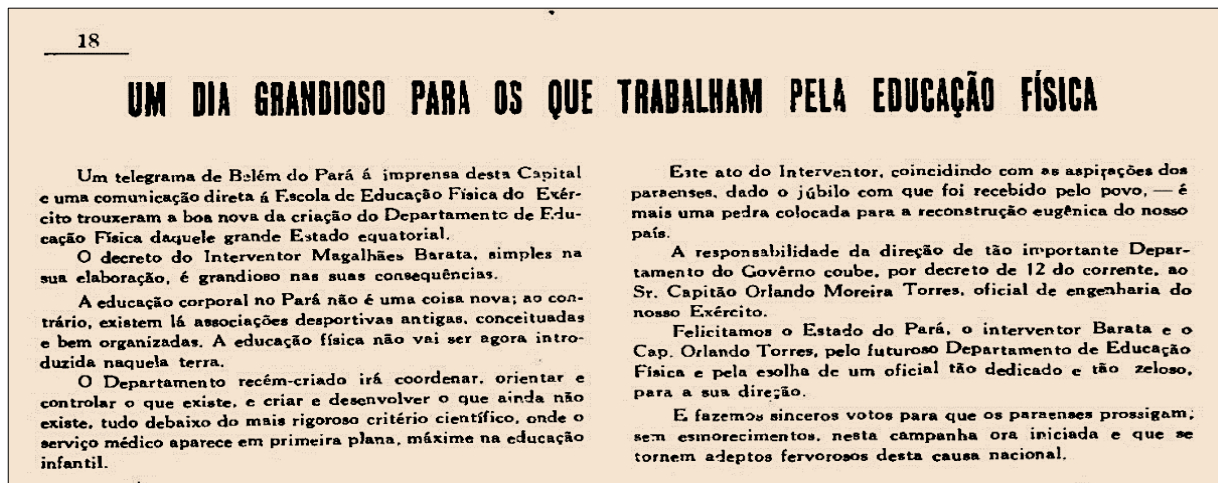
Foi nesse movimento que se produziu a necessidade de formação do professorado de Educação Física no Pará, buscando a construção de processos pedagógicos e métodos de uma Educação Física científica nos estabelecimentos de ensino do Estado, tendo em vista a saúde, a manutenção de um organismo resistente para um maior rendimento no trabalho e para tornar os estudantes fortes e sadios, corroborando com o que Soares (1994) afirmou em seus estudos sobre os objetivos da Educação Física do período.

Diante dessa constatação, houve uma tentativa de organização da Educação Física, na década de 1930, na Interventoria do Major Joaquim Cardoso de Magalhães Barata que, por nomeação legal do chefe do governo Provisório da República, no uso de suas atribuições, criou o Departamento de Educação Física do Pará subordinado diretamente à Diretoria geral da Educação e Ensino Público do Estado (Pará, 1933). Além disso, o Major Magalhães Barata tratou especialmente de criar a Secretaria de Educação e Saúde Pública, bem como fez uma reforma curricular pautada na formação cívica e em práticas educativas da pedagogia moderna. Azevedo (1960) afirma que, na concepção moderna de Educação Física, o professor:

deve atender não já somente à escolha de um sistema adequado, mas também ao conhecimento, o mais perfeito possível, do organismo de seus educandos, e à execução dos exercícios, que por sua vez, depende de três fatores: da quantidade e duração dos exercícios, do prazer com que os alunos os executam e da precisão, que é a adaptação perfeita dos movimentos a um exercício dado. Se a ginástica escolar dos meninos, sobretudo até aos 14 anos, deve ter por objeto 1) modificar-lhes o temperamento, as diáteses mais ou menos mórbidas, que a maior parte deles deve à sua hereditariedade, 2) ampliar-lhes o peito e assegurar-lhes assim uma caixa largamente ventilada e 3) obter-lhes uma boa atitude física, corrigindo-lhes os desvios escolares da coluna vertebral, facilmente se compreende a necessidade da individualização do ensino e da competência do professorado, sem as quais nunca se poderiam alcançar pela ginástica os efeitos salutareos que dela espera a educação física moderna (Azevedo, 1960, p. 92-93).

No dia 8 de março de 1934, o Departamento de Educação Física foi instalado em uma cerimônia que contou com a presença do Interventor Magalhães Barata, do Comandante da região militar Coronel Costa Araújo Filho, do prefeito Ildefonso Almeida, bem como de outras autoridades federais, estaduais, municipais e, ainda, de professores (Silva, 2015).

Figura 1 – Telegrama à imprensa da capital do Brasil



Fonte: Um Dia... (1934, p. 18).

Nessa cena, um telegrama de Belém do Pará à imprensa da capital do país, localizada, na época, no Rio de Janeiro, uma comunicação direta à Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), levou a informação sobre a criação do Departamento de Educação Física do Pará. O decreto de criação da instituição, assinado pelo Interventor Magalhães Barata, constou ter sido um ato grandioso para a Educação Física, na época, também conhecida como educação corporal. Nesse período, já era possível identificar a presença de várias manifestações esportivas organizadas no contexto paraense que apontavam para um fortalecimento da área.

Conforme o referido telegrama, o Departamento teria como função coordenar, orientar, controlar o que existia de práticas corporais, além de criar e desenvolver o que ainda estava por ser construído, a partir de critérios científicos, dentre os quais, o serviço médico tinha um papel fundamental na educação infantil. O surgimento dessa instituição contribuiu para alcançar estratégias políticas locais e nacionais vigentes na época, tais como a eugenia¹: “[...] dado o júbilo com que foi recebido pelo povo, é mais uma pedra colocada para a reconstrução eugênica no nosso país” (Um Dia..., 1934, p. 18).

¹ Para Camargo (2010), é consenso entre os estudiosos que o movimento higienista e eugenista caminharam de mãos dadas principalmente nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Segundo o autor, o intuito era construir um novo homem brasileiro, civilizado, livre de doenças que o impediavam de trabalhar e almejar a tão sonhada civilidade, minimizando assim as consequências da miscigenação.

O Departamento estava sob a responsabilidade do Oficial de Engenharia do Exército, Capitão Orlando Moreira Torres e tinha a função de difundir, regulamentar e fiscalizar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino paraenses e manter um curso especial, a fim de habilitar professores do estado à instrução da Educação Física (Pará, 1933).

No decreto nº 1.138, de 30 de dezembro de 1933, identificamos o termo “moderno” relacionado às mudanças dos processos pedagógicos nas aulas, tão desenvolvido como era em outros países. O método moderno dizia respeito ao Método Francês, pois era um método de outro país inserido no Brasil. Na época, “[...] parece que tudo o que vinha de fora, o que era produzido em outros países, era bom, “moderno”, “evoluído”” (Lima, 2015, p. 185) ou como diz um trecho da letra da música do Mosaico de Ravena (Banda paraense de 1986 até 1994), criticando a falta de valorização da nossa cultura, “chega das coisas da terra que o que é bom vem lá de fora”.

Segundo Silva (2015), o Departamento de Educação Física era composto por uma sala de aula, uma secretaria e um laboratório biométrico instalados no prédio da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, na Avenida Tito Franco, hoje Avenida Almirante Barroso. A composição administrativa desse Departamento era formada por um diretor técnico habilitado, um médico-ajudante, outros dois médicos, um secretário técnico, um auxiliar, um datilógrafo, um contínuo servente e um monitor técnico. Alguns desses funcionários exerceram funções administrativas e de ensino no Curso de Educação Física de 1934, conforme será apresentado nas linhas seguintes.

O curso de Educação Física de 1934

Por meio do Curso de Educação Física de 1934, o Governo do Pará realizou, pela primeira vez, uma tentativa institucionalizada de formar professores de Educação Física no Estado. O Regulamento foi assinado pelo Major Interventor Magalhães Barata e aprovado pelo Decreto nº 1.164, de 8 de janeiro de 1934.

O Curso estava empenhado em preparar docentes e instrutores de Educação Física, cuja orientação era privilegiar a formação de professores, de oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Estadual, como também difundir, unificar e intensificar o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Estado. Segundo publicação do Diário Oficial do Estado do Pará, do dia 17 de junho de 1934, o curso foi orientado pela EsEFEx, instituição que servia de modelo e que se encarregava de disseminar, por todo o país, o seu método de ensino – o Método Francês – que já era oficializado pelo Governo Federal. O curso de 1934 preconizava uma duração de quatro meses, incluindo o período de realização dos exames de admissão.

O curso fora regido pela Diretoria Geral da Educação e Ensino Público e subordinado ao Departamento de Educação Física, tanto nos elementos de ensino quanto na organização administrativa e obediência ao regulamento do curso (Pará, 1934a). O funcionamento se deu no Departamento de Educação Física situado na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, com instalações adaptadas ao ensino. Esta escola pode ser visualizada na figura 2.

Figura 2 – Prédio da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária que hospedou o Departamento de Educação Física do Pará.



Fonte: Laboratório Virtual da FAU/ITEC/UFPA (<https://fauufpa.org/>).

O Curso de Educação Física de 1934 era dividido em **Ensino Geral Teórico-Prático** composto pelas disciplinas Anatomia, Higiene, Fisiologia, Fisioterapia, Antropometria, Socorros de Urgência, Pedagogia e História da Educação Física. E em **Ensino Prático**, com as disciplinas Demonstração Prática e Execução do Método, Estudo do Regulamento Geral de Educação Física, Composições de Aulas Para As Diferentes Idades, Organizações de reuniões desportivas, e Organização do ensino de Educação Física, além do **Estágio**. No quadro 1 visualizamos as disciplinas e respectivos docentes.

Quadro 1 – Disciplinas do Curso de Educação Física de 1934 e seus respectivos professores

ENSINO	DISCIPLINA	PROFESSOR
Ensino geral Teórico-Prático	Anatomia (Noções de ginástica ortopédica)	Dr. Osvaldo Medrado
	Higiene	
	Fisiologia e noções de mecânica dos movimentos	Dr. Acelino de Leão
	Fisioterapia	
	Antropometria e Noções de Morfologia	Dr. Djalma Chanstinet
	Socorros de Urgência	
	Pedagogia da Educação Física e Pedagogia aplicada	Capitão Orlando Torres
	História da Educação Física	
Ensino Prático	Demonstração prática e execução individual e coletiva de todos os elementos do método.	Capitão Orlando Torres; Sargento-monitor Pedro Furtado; e Candido Oliveira.
	Estudo geral pedagógico e anátomo-fisiológico dos diferentes elementos do Regulamento geral de Educação Física.	
	Composição das lições para os diferentes graus das idades fisiológicas.	
	Organizações de reuniões desportivas.	
	Organização do Ensino de Educação Física nos estabelecimentos de ensino e corporações.	

	Estágio	Capitão Orlando Torres; Sargento-monitor Pedro Furtado; e Candido Oliveira.
--	---------	--

Fonte: Elaboração dos autores.

Com a implementação desse curso, ficavam evidentes os objetivos do governo estadual direcionados à Educação Física, como se vê na publicação do Diário Oficial do Estado, do dia 17 de junho de 1934 (p. 13):

será uma das maiores obras do Governo Magalhães Barata, que não tem medido esforço para que a Educação Física atinja no Estado o lugar que lhe compete e dando ao nosso caboclo os elementos necessários a conquista ou conservação da saúde, único bem do qual não podemos prescindir.

Os trabalhos letivos iniciaram em 1º de fevereiro de 1934 e terminaram em 30 de maio do mesmo ano. Para a matrícula era necessário o diploma de professor obtido por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado pelo Estado ou União; ser oficial de corporação militar ou militarizada, com o curso profissional militar ou com certificados de exames finais de Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Física, Química, História Natural e História do Brasil ou, na falta destes, certificado de exame de admissão; ter entre 16 e 35 anos; e boa forma física.

O método francês foi o método adotado durante a implantação do Curso de Educação Física de 1934. A figura 3 apresenta as alunas do curso em uma demonstração prática de execução do Método Francês nas dependências da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, onde se localizava o Departamento de Educação Física do Estado. Segundo Oliveira (2010), o Método Francês foi umas das maiores influências para a Educação Física brasileira e foi a sua bíblia durante mais de duas décadas, incluindo a década de 1930.

Figura 3– Alunas do Curso de Educação Física de 1934 em uma aula prática



Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará (1934, p. 13).

Bruschi (2019) em uma análise do Método Francês, pontua que o professor, de posse do Regulamento Geral de Educação Física, seria capaz de organizar um programa de ensino para todos os ciclos. Dessa forma, para dar mais rigor às discussões teóricas e impulsioná-las, foram apresentadas as Bases Pedagógicas para, assim, organizar uma aula de Educação Física, que

deveria ser dividida em “sessão preparatória”, “lição propriamente dita” e “volta à calma”. Diante disso, os professores escolheriam as práticas a serem utilizadas na aula. A autora, com base no regulamento, apresenta seis formas de exercícios: 1) os jogos; 2) os flexionamentos; 3) os exercícios educativos; 4) as aplicações; 5) os esportes individuais; e 6) os esportes coletivos. Cada um com as suas finalidades e características.

Nas ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Física do Pará, na década de 1930, publicadas no Diário Oficial do Estado, no dia 17 de junho de 1934 (p. 13), adotou-se a aplicação do Método Francês:

o Estado do Pará abraçando oficialmente a Cruzada da Educação Física iniciada e orientada pela ‘Escola de Educação Física do Exército’, dá um atestado da cultura do seu povo e da compreensão perfeita de um método científico.

Matricularam-se no curso 54 professoras diplomadas pela Escola Normal do Estado e, com permissão do Interventor Federal, uma farmacêutica e uma acadêmica em direito, totalizando 56 matrículas. No decorrer do curso, foram desligadas, por motivos diversos, 10 professoras e a farmacêutica, reduzindo o número de alunas para 45 pessoas.

Na figura 4, é possível visualizar as alunas do curso num momento de aula da disciplina Antropometria e Noções de Morfologia que era ministrada pelo professor Dr. Djalma Chanstinet. Especificamente, podemos verificar a realização de um exame antropométrico em uma criança que era avaliada por meio de provas de “[...] capacidade vital, permeabilidade nasal, dinamometria etc.” (Diário Oficial do Estado do Pará, 1934, p. 13).

Figura 4 – Exame antropométrico no Curso de Educação Física de 1934



Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará (1934, p. 13).

No exame antropométrico, a criança era classificada por idade fisiológica, sendo que as meninas realizavam os mesmos exercícios que os meninos até a idade de nove anos. A partir disso eram “[...] separados [...], em virtude das diferenças de ordem anátomo-fisiológicas que começam a se distinguir a partir dessa idade” (Diário Oficial do Estado do Pará, 1934, p. 13). Após três meses de exercícios, a criança era submetida a um novo exame antropométrico, com o intuito de verificar os resultados obtidos. Nas aulas que envolviam esse exame, as alunas em

formação poderiam aprender, portanto, a prescrever exercícios físicos, tendo por base, como visto, a teoria da idade anátomo-fisiológica.

O aproveitamento dos participantes do curso foi verificado por meio de provas orais, escritas e práticas, e o ensino era teórico-prático. No ensino prático eram realizados, mensalmente, trabalhos de direção e execução, sempre que possível, individuais. Conforme o aproveitamento das notas, o aluno era qualificado como “Regular”, “Bem” e “Muito Bem”. Para os instrutores e professores de Educação Física formados, havia um diploma e para os monitores um certificado de aptidão (Pará, 1934a).

O aluno que concluísse o curso com a qualificação “Muito Bem”, teria Menção Honrosa e poderia obter um cargo de direção ou auxiliar na instrução de matérias do curso de sua especialidade no Departamento, nos estabelecimentos de ensino civis e militares, e nas agremiações desportivas do Estado. Caso não tivesse aluno com qualificação de Menção Honrosa, seria aproveitado o aluno que apresentasse a qualificação “Bem” (Pará, 1934a).

Apesar dos esforços iniciais e das iniciativas tomadas, no final do ano de 1934, o governo Magalhães Barata interrompeu o funcionamento do curso, pois apontou a necessidade de sua reorganização sob a alegação de que havia falta de aparelhamento para as aulas, a necessidade de reestruturação em seu regulamento e de construção de um estádio (Pará, 1934c). O texto do decreto de suspensão do curso ainda previa que o número de professoras diplomadas, no primeiro período letivo de 1934, preenchia as necessidades inadiáveis da Educação Física nos grupos e escolas do Estado, podendo, assim, sem prejuízo, ser adiada a abertura da matrícula do segundo período letivo do curso, de modo que viesse a funcionar, posteriormente, com segura eficiência. Sobre a interrupção do curso de 1934, o Capitão Orlando Moreira Torres² fez o seguinte discurso:

Infelizmente dificuldades materiais não permitiram ao Governo Estadual manter em funcionamento o Departamento de Educação Física, cujo curso somente funcionou em 1934, tendo sido diplomadas 45 professoras nesse ano. À sua falta se faz sentir. Estamos certos, no entanto, que, diante dos resultados já colhidos, o Governo Estadual dará amplo desenvolvimento à educação física com a reabertura do Departamento, a fim de que o Pará possa levar os seus benefícios aos mais afastados rincões do seu solo. Às destemerosas professoras paraenses, cujas responsabilidades atuais aumentaram, apenas repetiremos as palavras dos nossos representantes em seu discurso de encerramento do ano letivo: ‘Os nossos ombros não se esmagarão ao peso de tamanha responsabilidade, porque a vossa têmpera (ou tempere) de caráter está bem alicerçada, pois foi molhada com argila do Brasil. Não nos atemorizes com os obstáculos que encontrardes, com os insucessos do início, com os detratores da educação física, porque a verdade está convosco. A semente está lançada e germinara, pois estarei atento’ (Torres, 1936, p.11).

É interessante atentar ao fato de que a legislação vigente, na época, preocupava-se com a necessidade legal de formar professores de Educação Física especializados com expedição de diploma e capacitados a ministrar seu ensino com eficiência em todo o Estado. Diante disso, em fevereiro de 1934, o Major Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do chefe do Governo Provisório da República, concedeu vantagens no que dizia respeito à

² Professor de Pedagogia, Pedagogia Aplicada e História, do Curso de Educação Física de 1934 e diretor-técnico do Departamento de Educação Física.

contratação das professoras estaduais que foram diplomadas pelo Departamento de Educação Física (Pará, 1934b, p.1).

Apesar da interrupção do funcionamento do Curso de Educação Física de 1934, ainda havia a preocupação com a formação docente. Dessa forma, após alguns anos, o Interventor Federal José Carneiro da Gama Malcher, determinou a reabertura do Curso de Educação Física do Estado, em 1939. O motivo estava atrelado à necessidade de formar profissional habilitado para o ensino de Educação Física (Pará, 1939), pois era obrigatório que, em todos os estabelecimentos de ensino público e privado, nos termos da Constituição Federal vigente na época, tivesse professores da área- (Brasil, 1937).

O curso seria realizado na sede do Clube do Remo que apresentava instalações adequadas para o seu funcionamento e, tudo isso, sem ônus para o Estado (Pará, 1939). A organização do curso ficaria sob a administração da Diretoria Geral de Educação e Cultura. Conforme discurso do Capitão Orlando Moreira Tôrres, observamos que o Clube do Remo ofereceria um espaço apropriado para o curso em razão de conseguir agregar mais de 500 alunas em práticas de exercícios e mais de mil alunos durante as festas cívicas. Entretanto, o curso não chegou a entrar em funcionamento.

A Escola Paraense de Educação Física de 1942

O início da década de 1940 foi marcado por ações dinamizadoras na área de Educação Física. Em 1941, por meio da Portaria do dia 16 de maio, o Interventor Federal Interino, Deodoro de Mendonça, designava o Dr. Armando Bordallo da Silva, médico do Departamento de Saúde diplomado pela Universidade do Brasil, para assumir a direção dos serviços de Educação Física em todas as escolas públicas da capital paraense.

Em 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.046, de 9 de junho, foi organizada a criação da Escola de Educação Física do Estado, subordinada ao Departamento de Educação e Cultura, a qual tinha como parâmetro o regulamento da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Era reconhecida a necessidade de formar professores, devido à Constituição Federal de 1937 que, em seu artigo 131, considerava a Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais obrigatórios nas escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma instituição escolar funcionar sem essas exigências.

De acordo com o Decreto-Lei nº 4.046, de 9 de junho de 1942, a função gratificada de diretor, secretário e dos 15 professores da Escola de Educação Física do Pará faziam parte do quadro único do funcionalismo civil do Estado. Todos esses cargos eram escolhidos e designados pelo Diretor Geral do Departamento de Educação e Cultura. Para a criação da Escola de Educação Física, foram orçadas despesas no valor de cinquenta contos de réis (50:000\$0) que seriam distribuídos em pessoal fixo (funções gratificadas); pessoal variável (os contratados e diaristas); material permanente; material de consumo e despesas diversas.

A Escola de Educação Física do Estado do Pará foi criada como um estabelecimento de ensino especializado. Sua base legal surgiu a partir do Decreto nº 4.053, de 19 de junho de 1942, que aprovou o seu Regulamento e determinou que a Escola teria como funções: formar um corpo de professores de Educação Física capaz de orientar, difundir e unificar a sua prática em todo Estado; difundir os conhecimentos necessários à prática da Educação Física e dos Desportos; e realizar, em parceria com a ENEFD, pesquisas que se relacionassem com os problemas da Educação Física, de modo a colaborar para o melhor conhecimento do “biotipo brasileiro”.

A Escola manteve o Curso Normal de Educação Física, com duração de um ano, constituído das seguintes disciplinas: Anatomia, Fisiologia Humana, Cinesiologia, Higiene, Socorros de Urgência, Fisioterapia, Biometria, Metodologia de Educação Física, História da Educação Física e dos Desportos, Organização da Educação Física e dos Desportos, Ginástica

Rítmica, Educação Física Geral, Desportos Aquáticos, Desportos Terrestres Individuais, Desportos Terrestres Coletivos, Desportos de Ataque e Defesa. Tais disciplinas correspondiam às mesmas que constituíam o Curso Normal de Educação Física da ENEFD, estabelecidas pelo Art. 4 do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. O corpo docente da Escola foi composto por professores e médicos diplomados pela ENEFD, mas caso alguém não quisesse ou não pudesse assumir o cargo, seria designado pessoal especializado pela EsEFEx, o que ocorreria por indicação do diretor da Escola. As disciplinas e seus respectivos professores estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2 – Disciplinas e professores do Curso Normal de Educação Física de 1942

DISCIPLINA	PROFESSOR
Biometria	Dr. Armando Bordallo da Silva
Cinesiologia	
História da Educação Física e dos Desportos	
Organização da Educação Física e dos Desportos	
Anatomia	Dr. Atahaulpa Lobato Fernandes
Fisiologia Humana	
Higiene	
Socorros de Urgência	
Fisioterapia	Professora Eugênia Souza Filho
Metodologia de Educação Física	
Educação Física Geral	
Ginástica Rítmica	
Desportos Terrestres Individuais	Professora Luiza de Souza Filho
Desportos de Ataque e de Defesa	
Desportos Terrestres Coletivos	
Desportos Aquáticos	

Fonte: Elaboração dos autores.

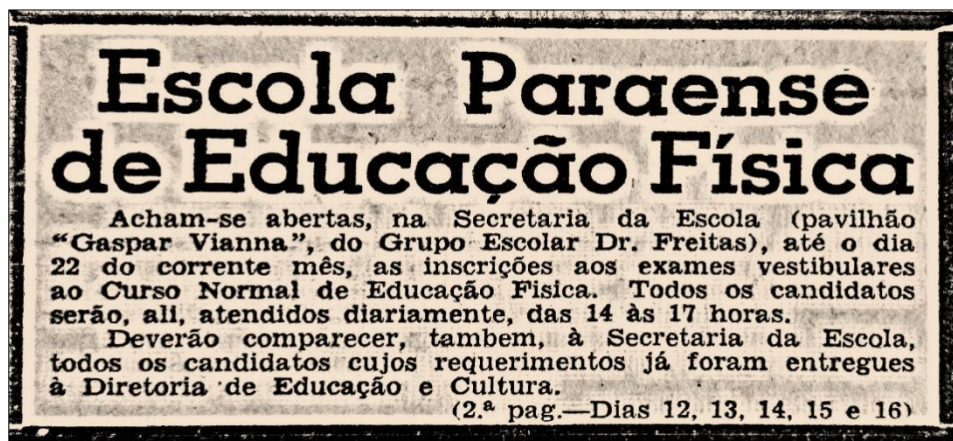
O Curso Normal de Educação Física de 1942, assim como o curso superior oferecido pela ENEFD, tinha um currículo com objetivo de proporcionar a formação de professores para atuação na escola, apesar da ausência de disciplinas de cunho pedagógico (Azevedo, 2013). Segundo essa mesma autora, para ingresso no Curso Normal, era exigida a apresentação do diploma de normalista. A ENEFD foi, assim, importante para redimensionar e reorientar as ações de formação de professores de Educação Física para atuação no ensino primário em vários estados do país (Melo, 1996; Cunha Júnior, 2011), inclusive no Estado do Pará.

As disciplinas lidavam com o modelo social, político e econômico da época, tendo por base a medicina, o conhecimento dos médicos e a busca pela formação de um corpo saudável. Entendemos que a organização das disciplinas não se dava (no currículo) de forma inocente e neutra, pois a ordenação delas sempre implicou relações de poder, transmitindo visões de homem, mundo e sociedade, além de interesses particulares. Isso justifica o porquê desses conhecimentos e não outros foram selecionados (Silva, 2007).

Segundo o Regulamento do Curso aprovado pelo Decreto nº 4.053, de 10 de junho de 1942, o ensino ocorria sob a forma de aulas teóricas, aulas práticas e de exercícios físicos. O ensino das disciplinas “Organização da Educação Física e dos Desportos” ocorria por meio de aulas teóricas. As disciplinas “Educação Física Geral”, “Desportos” e “Ginástica Rítmica” eram ensinadas por meio da prática dos exercícios físicos e os professores dessas cadeiras eram do sexo feminino, sempre que possível. As demais disciplinas eram trabalhadas em aulas teóricas e práticas.

Em cada ano escolar existia um período suplementar destinado aos exames de segunda época e aos exames de admissão (seleção). As primeiras inscrições aos exames vestibulares do curso foram realizadas na Secretaria do Grupo Escolar Dr. Freitas, pavilhão Gaspar Vianna³, até o dia 22 de junho de 1942, no horário das 14h às 17h, conforme pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5 – Inscrições aos exames vestibulares do Curso Normal de Educação Física



Fonte: Folha do Norte (1942, p. 2).

Conforme a Portaria de 27 de janeiro de 1942, a Escola de Educação Física do Pará começou a funcionar no próprio local de inscrições do processo seletivo, ou seja, no Grupo Escolar Dr. Freitas (figura 6), utilizando o pavilhão Professora Anésia, o pavilhão Gaspar Viana, a piscina Genésio Alves Leão, o ginásio Gustavo Capanema e duas casas desapropriadas que foram remodeladas e eram anexas ao grupo escolar.

Figura 6– Grupo Escolar Dr. Freitas em 1943



Fonte: Folha do Norte (1943, p. 9).

³ Gaspar de Oliveira Vianna, médico paraense (1885-1914), pioneiro na história da microbiologia médica, inscrito em uma lista dos dez maiores nomes da medicina brasileira no século XX e é considerado Mártir da Ciência (Suassuna, 2006).

O Curso Normal de Educação Física tinha a duração de um ano letivo, compreendendo nove meses, com início em 1º de março e término em 30 de novembro, sendo distribuído da seguinte forma: dois períodos letivos, ambos com a duração de três meses e meio; dois períodos de exames, ambos com a duração de quinze dias; e um período de quinze dias, destinado à visitação das instalações desportivas da cidade, após o último período letivo.

Para as aulas práticas, o estádio da Força Policial do Estado ficava à disposição, bem como a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, onde funcionava o gabinete de radiologia, utilizado para trabalhos radiológicos. Estavam à disposição da Escola de Educação Física os professores doutores Luiz Tito de Castro Leão, Hélio Vecchio Mauricio, Raymundo Ferro e Silva e Hermógenes Ferreira de Carvalho.

A matrícula no curso era limitada à capacidade dos recursos gerais da Escola. O candidato deveria apresentar o diploma de professor normalista, devendo ter entre 18 e 28 anos, apresentar prova de identidade e sanidade, submeter-se a uma rigorosa inspeção de saúde e, finalmente, prestar exame de admissão. Com relação aos diplomas, a Escola forneceu aos alunos, que terminaram o curso com aproveitamento, o título de Professor Normalista Especializado em Educação Física, conforme constava no Capítulo VII do seu Regulamento (Pará, 1942b).

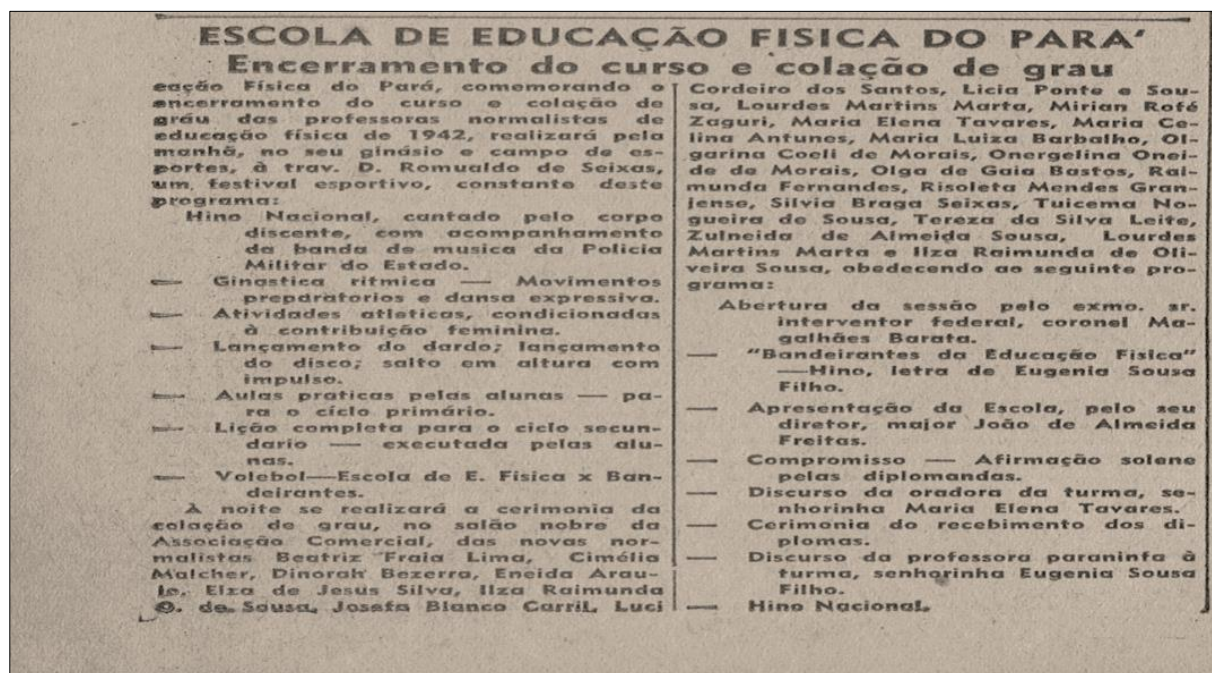
Em suas disposições gerais, o Regulamento da Escola pontuava a utilização de uniformes para uso interno e desportivo. Fora da escola, esses uniformes não podiam ser utilizados, com exceção de seu uso em representações cívicas ou desportivas. Assinala, ainda, que o Diretor Geral da Educação e Cultura poderia autorizar a matrícula na Escola de professores de outros Estados, mediante a solicitação dos respectivos governos. O curso de Educação Física funcionou apenas em 1942. Apesar de sua suspensão, a Escola chegou a formar uma turma de 25 professoras de Educação Física.

Segundo uma publicação da Folha do Norte, do dia 20 de março de 1943, o encerramento do curso foi realizado por meio de um festival desportivo pela manhã e a solenidade de colação de grau foi realizada em noite solene. A manhã festiva ocorreu no ginásio e no campo de esporte do Grupo Escolar Dr. Freitas. Pela manhã houve a seguinte programação: execução do Hino Nacional cantado pelo corpo discente do curso, apresentações de Ginástica Rítmica, atividades atléticas, lançamentos de dardo e disco, salto em altura, jogo de voleibol, aulas práticas e uma lição completa para o ciclo primário. Todas as atividades foram realizadas pelas alunas do curso.

Durante a noite houve a cerimônia da colação de grau, no salão da Associação Comercial do Pará, com abertura pelo então interventor federal, coronel Magalhães Barata, seguida da apresentação de um Hino intitulado “Bandeirantes da Educação Física”, com letra da professora Eugênia Souza Filho; apresentação da Escola, pelo então diretor Major João de Almeida Freitas; discurso de compromisso, realizado pelas diplomadas; discurso da oradora da turma, Maria Elena Tavares; Cerimônia do recebimento dos diplomas; discurso da professora

paraninfa da turma, Eugênia Souza Filho, e, por fim, o Hino Nacional. As atividades de encerramento do curso e colação de grau podem ser visualizadas na figura abaixo:

Figura 7– Encerramento do Curso Normal de Educação Física de 1942



Fonte: Folha do Norte (1943, p. 8).

A seguir, serão apresentados alguns excertos do discurso da professora paraninfa da turma, Eugênia Souza Filho:

É a segunda vez que em Belém do Pará se comemora, de maneira dignificante e condizente, a colação de grau de Professoras Normalistas especializadas em Educação Física: é a segunda vez que noveis preceptoras paraenses, aliam, ao seu mister de cinzeladoras da inteligência, o cargo de didatas da saúde. A primeira vez se deu a quando da diplomação das especializadas, pelo “Departamento de Educação Física”, de 1934, criado pelo então major Barata e dirigido pelo capitão Orlando Moreira Torres. E nenhum fato, senhores, mais significativo que o que hoje se repete; nenhum gesto mais acertado que o dessas normalistas, que não se quiseram contentar com um papel de semi-educadoras, aprendendo a ciência da formação do espírito e desprezando a do aperfeiçoamento moral do corpo como si, enquanto vida houver, corpo não seja alma, e alma não seja corpo. [...] nós, as primeiras diplomadas, moças, hostilizadas e injustiçadas – não por parte dos Poderes constituídos de que sempre só recebemos o maior carinho e o melhor apoio – tivemos de lançar mão de todos os recursos da paciência, da boa vontade, e do entusiasmo sem desfalecimento, para manter sempre vivido o fogo sagrado do Ideal! [...] E assim, meus senhores, eu vos afirmo, que, no Pará, a tarefa dos professores de Educação Física tem, ainda, como limites bem definidos, de um lado, o desconhecimento criminoso de muitos, do outro, a tristíssima e desprezível maledicência... Por isso é que, sem falsas modéstias nem

orgulhos descabidos, ao prescrutar a estrada percorrida meu coração palpita de justificado júbilo: pois a campanha ingente em prol do ensino da E. Física em nossa terra, é uma pagina de bravura, de dedicação e trabalho cívico, sobre a qual, um dia, a Historia da Civilização no Pará, fará justiça! [...] Ide, enfim, minhas corajosas companheiras executar o nosso ‘compromisso’ [...] ‘Pela devoção infinita ao nosso Deus’, lutar pelo Brasil ou pelo Brasil, morrer! (Folha do Norte, 23 de março de 1943, p. 3)

No discurso, a professora enfatizou que o Curso Normal de Educação Física de 1942 representava uma segunda investida para formar professores de Educação Física no Pará, sendo a primeira investida o Curso de Educação Física de 1934, do Departamento de Educação Física, dirigido pelo capitão Orlando Moreira Torres, ambas as iniciativas com uma única turma de professoras formadas em Educação Física.

Ainda a respeito do discurso, a professora Eugênia Souza Filho teceu crítica de como a sociedade concebia as professoras de Educação Física, nesse período, que eram desconhecidas profissionalmente e caluniadas. Por esses motivos, entre outros, se consideravam hostilizadas e injustiçadas. A professora agradeceu às diplomadas por não terem desistido, por terem tido paciência, boa vontade e entusiasmo para se manterem até o final do curso. Disse, também, que o Brasil precisava de professores de Educação Física aliando educação e saúde, capazes de revigorar o homem brasileiro mental e fisicamente.

As professoras normalistas aprovadas e formadas pelo Curso Normal de Educação Física foram Beatriz Fraia Lima, Cimélia Malcher, Dinorah Bezerra, Eneida Araujo, Elza de Jesus Silva, Ilza Raimunda O. de Souza, Josefa Blanco Carril, Luci Cordeiro dos Santos, Licia Ponte e Souza, Lourdes Martins Marta, Mirian RoféZaguri, Maria Elena Tavares, Maria Celina Antunes, Maria Luiza Barbalho, Olgarina Coeli de Moraes, Onergelina Oneide de Moraes, Olga de Gaia Bastos, Raimunda Fernandes, Risoleta Mendes Granjense, Silvia Braga Seixas, Tuicema Nogueira de Souza, Tereza da Silva Leite, Zulneida de Almeida Souza, Lourdes Martins Marta e Ilza Raimunda de Oliveira Souza.

Mesmo com as diversas iniciativas tomadas para a criação da Escola de Educação Física do Pará de 1942, sua extinção ocorreu no ano seguinte ao seu surgimento. O interventor Magalhães Barata justificou que a Escola não atendia às ações legais determinadas no art. 34 do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939 (p. 5), no qual consta que “nenhum estabelecimento de ensino ou qualquer outra instituição poderá expedir os diplomas de que trata o art. 32 desta lei, nem outros títulos de significação equivalente sem que esteja reconhecido pelo governo federal”.

O governador levou em consideração a dificuldade que o governo federal tinha em ampliar a divulgação das normas e ensinamentos da Educação Física nas escolas primárias em vários interiores do Pará, pois se limitava apenas à capital, causando um “exclusivismo odioso e impatriótico”, inviabilizando o objetivo de melhoria e fortalecimento da raça, um dos postulados básicos do Estado Nacional (Pará, 1943).

A Educação Física no Brasil significava um componente importante para a obtenção dos objetivos nacionais. Ela foi entendida como importante na direção de “[...] forjar aquele indivíduo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país” (Castelanni Filho, 2006, p. 39) e, aos seus professores, foi dada a incumbência, ao mesmo tempo, de ser o modelo e o formador deste feito. Assim, a Educação Física e os professores tornaram-se indissociáveis e se conjugam no esforço em assumir considerável importância no Estado Nacional.

A Escola de Educação Física do Pará de 1942 foi extinta por intermédio do Decreto-Lei nº 4.313, de 4 de maio de 1943, o mesmo que criou o Serviço de Educação Física do Estado,

subordinado ao Departamento de Educação e Cultura, o qual compreenderia, conforme seu regulamento, o ensino de Educação Física nos grupos escolares, nos cursos de ensino normal e secundário, serviço médico e a Escola de Educação Física do Estado.

Assim como o curso de 1934 e a Escola de Educação Física, o Serviço de Educação Física também foi interrompido pelo governador do Estado, o Major Luiz Geolás de Moura Carvalho – utilizando-se de seus direitos por meio da Portaria nº 197, de 19 de agosto de 1947. Essas situações representaram um retrocesso para a formação de professores de Educação Física no Pará.

Cabe dizer que o retorno aos idos de 1930 e 1940, nos faz acreditar que a formação de professores em Educação Física teve de fato seu desenvolvimento consolidado no Brasil nessas décadas, pois é “[...] nesse período que se amplia consideravelmente o número de publicações, decretos e instituições dedicadas à formação em Educação Física” (Figueiredo, 2016, p. 211), movimento também visto no contexto político-educacional do Pará. Realizada tanto na patente militar como na vida civil, essa formação teve duração questionável, porém era o que se tornava possível consolidar dentro da realidade governamental existente.

Considerações finais

A partir da presente pesquisa, foi possível registrar dois importantes espaços para formar professores de Educação Física no estado do Pará ao longo das décadas de 1930 e 1940, a saber: Curso de Educação Física de 1934, promovido pelo Departamento de Educação Física do Pará, e Curso Normal de Educação Física de 1942, organizado pela Escola de Educação Física do Pará. Ambos influenciados por instituições de destaque histórico na formação superior em Educação Física no Brasil. O primeiro pela EsEFEx e o segundo pela ENEFD.

Mediante a efetivação do Curso de Educação Física, de 1934 e do Curso Normal de Educação Física de 1942, setenta professoras foram habilitadas para trabalhar no ensino primário, as primeiras habilitadas em Educação Física cuja formação ocorreu em território paraense. A formação obtida por esses cursos associada às experiências de ensino que essas professoras possuíam, possibilitou o trabalho no ensino primário, como sugere Matni (1985), é possível que o aproveitamento de candidatos com essa formação deve ter sido levado em consideração não só a formação pedagógica, mas também, pelo trabalho exercido nas escolas primárias.

Tais cursos representam as primeiras tentativas institucionalizadas de formar professores de Educação Física no Pará. Mesmo com funcionamento interrompido, ambos os cursos contribuíram para o desenvolvimento da Educação Física no ensino primário no Estado, assim como na divulgação e propagação de teorias, métodos e práticas vinculados à Educação Física na época, que contribuíam na formação do “biotipo brasileiro”, ou seja, na formação do “homem nacional”, e assim buscar a identidade nacional.

Esforços, também, foram empreendidos no ano de 1939 e no ano de 1963 para criar cursos institucionalizados de Educação Física no Pará. Todavia, não chegaram a entrar em funcionamento. Com a ausência de uma escola de Educação Física, outros caminhos foram seguidos, nas décadas de 1950 e 1960, para formar professores de Educação Física no Estado, um potencial objeto para futuras pesquisas.

Referências

ANDRADE, Welison Alan Gonçalves; GUIMARÃES, JesyanWilysses Oliveira. História da formação docente em Educação Física no Pará: prospecções de uma tese. *Pensar a Prática*, v. 27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v27.76844>.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. *História da educação física no Brasil: currículo e formação superior*. Campo Grande - MS: Ed. UFMS, 2013.

AZEVEDO, Fernando. *Da Educação Física*. 3. ed. São Paulo - SP: Edições Melhoramentos, 1960.

BRASIL. Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932. Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes). *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro - RJ, 4 mai. 1932, p. 8530.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937*. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 26 mai. 2025.

BRUSCHI, Marcela. *Entre a França e o Brasil: criação, circulação e apropriações do Método Francês de Educação Física (1931-1960)*. 2019. 327 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

CASTELANNI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 12 ed. Campinas - SP: Papirus, 2006.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da (org.). *História e memórias do esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora - MG: UFJF, 2011.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Departamento de Educação Física: os seus fins e o resultados já obtidos desde a sua fundação. Belém - PA, p. 13, 17 jun. 1934.

FARO, Carmen Lilia da Cunha. *Caminhos formativos do primeiro corpo docente da Escola Superior de Educação Física do Pará (1950-1970)*. 2021. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Bahia, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.40854>.

FAUITE, C. *Colégio Souza Franco: um pedaço da UFPA*. Laboratório Virtual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2011. Disponível em: Colégio Souza Franco; um pedaço da UFPA (IN POST) | F A U — Laboratório Virtual — I T E C / U F P A (fauufpa.org). Acesso: em 20 jan. 2021.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. *A história da educação física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)*. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

FOLHA DO NORTE. Escola paraense de educação física. Belém - PA, p. 2, 12 jun. 1942.

FOLHA DO NORTE. Grupo Escolar Dr. Freitas. Belém - PA, p. 9, 8 jan. 1943.

FOLHA DO NORTE. Escola de Educação Física do Pará: encerramento do curso e colação de grau. Belém - PA, p. 8, 20 mar. 1943.

FOLHA DO NORTE. Écos da colação de grau das professoras normalistas de educação física. Belém - PA, p. 3, 23 mar. 1943.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. Ensino e formação: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas jornadas internacionais de educação física. In: JINZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea (Orgs.). *Histórias da educação – instâncias educativas: políticas, instituições e cultura material*. Jundiaí - SP, Paco Editorial, 2015. p. 169-192.

MATNI, Nagib. Prefácio. In: SANTOS, Carlos Ubiratan. *Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará 1970 – 1985*. Belém - PA: ESEFPA, 1985. p. 7-8.

MELO, Victor Andrade de. Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história. 1996. 199f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 1996.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. *Educação Física humanista*. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Shape, 2010.

PARÁ. Decreto nº 1.138, de 30 de dezembro de 1933. Cria o Departamento de Educação Física. Belém - PA: *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1933. Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, 1933.

PARÁ. Decreto nº 1.164, de 8 de janeiro de 1934. Dá organização ao curso de Educação Física subordinado a Diretoria Geral da Educação e Ensino Público. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1934a. Belém - PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, 1934a.

PARÁ. Decreto nº 1.222, de 16 de fevereiro de 1934. Concede vantagens às professoras estaduais que foram diplomadas pelo Departamento de Educação Física e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1934b. Belém - PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, 1934b.

PARÁ. Decreto nº 1.405, de 19 de outubro de 1934. Interrompe o funcionamento do curso de educação física. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1934c. Belém - PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, 1934c.

PARÁ. Decreto nº 3.272, de 22 de maio de 1939. Manda reabrir o curso de educação física do Estado. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1939. Belém - PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, 1939.

PARÁ. Decreto nº 4.046, de 9 de junho de 1942. Cria a Escola de Educação Física do Estado. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1942b. Belém - PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1942b.

PARÁ. Decreto nº 4.053, de 19 de junho de 1942. Aprova o Regulamento da Escola de Educação Física do Estado. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1942c. Belém - PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1942c.

PARÁ. Decreto nº 4.313, de 4 de maio de 1943. Extingue a Escola de Educação Física do Estado por não ter funcionamento legal ante o que dispõe a legislação federal vigente e cria, no Departamento de Educação Física e Cultura do Estado, o Serviço de Educação Física do Estado, dando outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1943. Belém - PA: Documento da Biblioteca Pública Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, 1943.

PARÁ. Portaria de 16 de maio de 1941. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1941. Belém - PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1941.

PARÁ. Portaria de 27 de janeiro de 1942a. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1942a. Belém - PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1942a.

PARÁ. Portaria nº 197, de 19 de agosto de 1947. O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, e considerando que por motivos supervenientes de vária ordem e irremovíveis no vigente exercício, o Serviço de Educação Física do Estado, criado pelo Decreto-lei n. 4.313, de 4 de maio de 1943, não se acha em condições de atingir as suas finalidades legais. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 1947. Belém - PA: Documento da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1943.

SILVA, Elis Priscila Aguiar da. *Educação física no ensino público primário no Pará (1890 – 1930): prescrições e prática*. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém - PA, 2015.

SILVA, Maria Betânia e; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). In: JIZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea (Orgs). *Histórias da educação – Instâncias educativas: políticas, instituições e cultura material*. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2015. p. 193-216.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. Campinas - SP: Autores Associados, 1994.

SUASSUNA, Ítalo. Brasileiros pioneiros na história da microbiologia médica 2 - Gaspar Vianna (1885-1914). *Revista Paraense de Medicina*, v. 20, n. 2, Belém - PA, jun. 2006.

TORRES, Orlando Moreira. A Educação Física no Pará. *Revista de Educação Física*, v. 5, n. 4, p. 11, out. 1936.

UM DIA GRANDIOSO PARA OS QUE TRABALHAM PELA EDUCAÇÃO FÍSICA. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro - RJ, v. 3, n. 1, p. 18, 1934.